

E A LEI?

Empréstimos sem autorização; obras sem concorrência. E o Senado reclama.

Os Estados e municípios estão contratando empréstimos sem a necessária autorização do Senado, prevista na Constituição, segundo denunciou ontem o senador João Lobo (PFL-PI), que mencionou diversos contratos firmados entre o seu estado, o Piauí, e a Caixa Econômica em setembro e outubro, além de outros empréstimos, como o realizado, também em outubro, entre o mesmo estado e o Banco do Brasil, no valor de Cz\$ 540 milhões, mediante um simples telex de autorização do Ministério da Fazenda. E é ainda o Piauí que se prepara agora para firmar um novo empréstimo, com a Caixa Econômica Federal, no montante de Cz\$ 18 bilhões, sem que seja dada qualquer satisfação ao Senado.

O líder do PDS, senador Virgílio Távora, foi autor de uma outra denúncia na sessão de ontem: um contrato entre o extinto Inbra e o município cearense de Itarema para a recuperação de rodovias, com a dispensa de licitação pública. O valor das obras chega a Cz\$ 10.464.920,00, conforme publicação feita pelo **Diário Oficial da União** do dia 6 deste mês. Um contrato semelhante foi firmado pelo Inbra com o estado do Acre, também para recuperação de rodovias, no valor de Cz\$ 24.997.268,00, igualmente com a dispensa de licitação pública.

Virgílio Távora, que levantou o assunto, disse não ser contra o repasse de verbas para qualquer comunidade, muito menos para uma de seu Estado, mas acrescentou que a dispensa de licitação pública, principalmente num momento em que todo o País pede a moralização administrativa, é algo que não encontra justificativa.

Foi aí que o senador Mauro Benevides, autor da lei de regulamentação do artigo 45 da Constituição em vigor — que trata da fiscalização dos atos do Executivo pelo Congresso — lembrou que seria o caso de se acionar a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, já que o próprio Távora havia sugerido que o presidente José Sarney “olhasse um pouco mais para o que se passa na administração federal”.

A Comissão de Fiscalização e Controle, criada por força da regulamentação do artigo 45, existe há dois anos no Senado, mas o líder Virgílio Távora parece não acreditar muito na eficácia de sua ação. E disse ao seu colega Benevides: “Vossa Excelência está sendo muito otimista quanto à real capacidade de o Congresso de fato atuar como órgão fiscalizador”. E nesse mesmo tom de desalento, notou ainda:

“Existe no Senado uma CPI sobre a dívida externa. E sabe quantos assessores dispomos para examinar mais de 100 mil documentos junto ao Banco Central? Dois apenas. **One, two**”.

Decorrência ou não do debate de ontem em seu plenário, o Senado deixou de votar dois pedidos de empréstimos, constantes de sua pauta, um para o município paraense de Campo Mourão, no valor de 58 milhões e 512 mil cruzados e outro, de Cz\$ 78 milhões, pleiteado pelo Estado de Rondônia. Afinal, como sugerira o senador João Lobo, o Senado está atuando à toa nessa área, numa perda de tempo, já que os empréstimos estão sendo contratados sem sua autorização em muitos estados e municípios.

O pedido de Campo Mourão e de Rondônia não puderam ser votados porque houve um pedido de verificação de quórum que se revelou insuficiente.